



BIÊNIO – janeiro de 2023 / janeiro de 2025

Antonio José Costa de Freitas Guimarães
Conselheiro/Presidente do TCMPA

Lúcio Dutra Vale
Conselheiro/Vice-presidente do TCMPA

José Carlos Araújo
Conselheiro/Corregedor do TCMPA

Francisco Sérgio Belich de Souza Leão
Conselheiro/Ouvidor do TCMPA

Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

Mara Lúcia Barbalho da Cruz
Conselheira/Diretora Geral da Escola de Contas Públicas do TCMPA

Sebastião Cezar Leão Colares
Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A):

- ↳ José Alexandre da Cunha Pessoa
- ↳ Sérgio Franco Dantas
- ↳ Adriana Cristina Dias Oliveira
- ↳ Márcia Tereza Assis da Costa

CRIAÇÃO

“O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA) foi instituído pela **Emenda Constitucional nº 13, de 16/10/1980**, à Constituição Estadual, com fundamento no Art. 16, § 1º da Constituição Federal.”

MISSÃO

“Orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais, visando a sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade.”

VISÃO

“Ser instituição de excelência no controle externo, reconhecida pela sociedade como indispensável ao aperfeiçoamento da gestão pública.”

REGULAMENTAÇÃO/DOE TCMPA

Lei Complementar nº 102/2015, 25/09/2015;
Instrução Normativa nº 03/2016/TCMPA;
Sua estreia aconteceu em 13/12/2016.

CONTATO/DOE do TCMPA

Secretaria Geral/ (91) 3210-7813
suporte.doe@tcm.pa.gov.br

ENDEREÇO/TCMPA

Trav. Magno de Araújo, 474 - Telégrafo Sem Fio.
Belém - Pará - Brasil - CEP 66.113-055 - Tele-
fone: (91) 3210-7500 (Geral)

BUSCA ATIVA ESCOLAR NO SELO UNICEF: MUNICÍPIOS TÊM ATÉ 31 DE MAIO PARA REMATRICULAR 40% DOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE EVASÃO ESCOLAR



A ATRICON solicitou aos **Tribunais de Contas** para que **orientem mais de dois mil municípios brasileiros participantes do Selo UNICEF** a comprovarem que rematricularam pelo menos 40% dos estudantes que estavam em situação de evasão ou abandono escolar de acordo com o Censo Escolar/INEP de 2019.

O percentual é uma das diversas metas previstas pela metodologia do Selo UNICEF e deve ser registrado até o dia 31 de maio, próxima quarta-feira, no site plataforma.buscaativaescolar.org.br. Até o momento, 901 municípios ainda precisam informar que alcançaram o percentual previsto.

De acordo com o presidente da entidade, Cezar Miola, a entidade “mantém um acordo de cooperação com o Unicef, cujo foco é exatamente a Busca Ativa Escolar. Por isso, apoiamos essa grande mobilização, para que nenhuma menina e nenhum menino fiquem fora da escola”.

Busca Ativa Escolar – A meta de rematrículas no Selo UNICEF diz respeito à Busca Ativa Escolar (buscaativaescolar.org.br), uma estratégia para apoiar gestões estaduais e municipais na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Ela foi desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

LEIA MAIS...

NESTA EDIÇÃO

DO GABINETE DO CORREGEDOR	
✚ TERMO DE PARCELAMENTO	02
✚ SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO	02
DO GABINETE DE CONSELHEIRO	
✚ DECISÃO INTERLOCUTÓRIA	03
DO GABINETE DE CONSELHEIRO SUBSTITUTO	
✚ EDITAL DE NOTIFICAÇÃO	06
CONTROLADORIAS DE CONTROLE EXTERNO – CCE	
✚ NOTIFICAÇÃO	07
✚ CITAÇÃO	07
SERVIÇOS AUXILIARES – SA	
✚ LICITAÇÃO	08



DO GABINETE DO CORREGEDOR**TERMO DE PARCELAMENTO****CONS. JOSÉ CARLOS ARAÚJO****EXTRATO DE TERMO DE PARCELAMENTO****PROCESSO Nº: 1.098399.2021.2.0031****PROCEDÊNCIA:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARAUAPEBAS/PA**INTERESSADO:** CLEIDEANE BRAZ MESQUITA.**EXERCÍCIO:** 2021**NÚMERO DO TERMO:** 065/2023**NÚMERO DE PARCELAS:** 03 (três) parcelas**VALOR DA PARCELA:** R\$ 437,34 (quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos)**VENCIMENTOS:** 30/05/2023; 30/06/2023; 30/07/2023.**DATA DA ASSINATURA DO TERMO:** 30/05/2023

Belém, 30 de maio de 2023.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/Corregedor/TCMPA

EXTRATO DE TERMO DE PARCELAMENTO**PROCESSO Nº: 1.121022.2015.2.0002****PROCEDÊNCIA:** SAAE D' PAU DARCO/PA**INTERESSADO:** MIGUEL MAGNO LUZ DE ABREU**EXERCÍCIO:** 2015**NÚMERO DO TERMO:** 066/2023**NÚMERO DE PARCELAS:** 08 (oito) parcelas**VALOR DA PARCELA:** R\$ 546,67 (quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**VENCIMENTOS:** 27/06/2023; 27/07/2023; 27/08/2023; 27/09/2023; 27/10/2023; 27/11/2023; 27/12/2023; 27/01/2024.**DATA DA ASSINATURA DO TERMO:** 29/05/2023

Belém, 30 de maio de 2023.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/Corregedor/TCMPA

EXTRATO DE TERMO DE PARCELAMENTO**PROCESSO Nº: 1.114445.2021.2.0004****PROCEDÊNCIA:** SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE GOIANÉSIA/PA.**INTERESSADO:** LINDOMAR PEREIRA DE SOUZA.**EXERCÍCIO:** 2021**NÚMERO DO TERMO:** 069/2023**NÚMERO DE PARCELAS:** 06 (seis) parcelas**VALOR DA PARCELA:** R\$ 437,34 (quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos)**VENCIMENTOS:** 30/05/2023; 30/06/2023; 30/07/2023; 30/08/2023; 30/09/2023; 30/10/2023.**DATA DA ASSINATURA DO TERMO:** 30/05/2023

Belém, 30 de maio de 2023.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/Corregedor/TCMPA

EXTRATO DE TERMO DE PARCELAMENTO**PROCESSO Nº: 1.043236.2021.2.0002****PROCEDÊNCIA:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**INTERESSADO:** VASNIR DA SILVA LIRA**EXERCÍCIO:** 2021**NÚMERO DO TERMO:** 071/2023**NÚMERO DE PARCELAS:** 03 (três) parcelas**VALOR DA PARCELA:** R\$ 437,34 (quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos)**VENCIMENTOS:** 28/06/2023; 28/07/2023; 28/08/2023.**DATA DA ASSINATURA DO TERMO:** 30/05/2023

Belém, 30 de maio de 2023.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/Corregedor/TCMPA

Protocolo: 39630

SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO**CONS. JOSÉ CARLOS ARAÚJO****DESPACHO DE SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO****Nº 072/2023****PROCESSO Nº: 1.128416.2021.2.0005****PROCEDÊNCIA:** FUNDEB DE ULIANÓPOLIS/ PA**INTERESSADO:** WALMIR NOGUEIRA MORAES**EXERCÍCIO:** 2021**ASSUNTO:** SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO DE MULTA AO FUMREAP, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSTANTE NO **PROCESSO Nº 128416.2021.2.000 ACÓRDÃO Nº 42.670, DE 09/05/2023.**Considerando o relatado na Informação Nº **072/2023** – GAB/CORREGEDORIA/TCM, tratando-se de pedido de parcelamento do débito em favor do FUMREAP, autorizo, em **07 (sete) parcelas** o pagamento referente a multa do **ACÓRDÃO Nº 42.670, DE 09/05/2023**Cientifique-se o requerente, para assinar o **TERMO DE PARCELAMENTO.**

Belém, 30 de maio de 2023.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/Corregedor/TCMPA

Protocolo: 39628



DO GABINETE DE CONSELHEIRO**DECISÃO INTERLOCUTÓRIA****CONS. JOSÉ CARLOS ARAÚJO****DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

Processo nº 103001.2021.1.000

Assunto: Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal - Exercício 2021

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE PIRABAS

Responsável: KAMILY MARIA FERREIRA ARAÚJO (Prefeito Municipal)

Instrução: 7ª Controladoria de Controle Externo

Ministério Público de Contas: Marcelo Fonseca Barros

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

Exercício: 2021

Tratam os autos da prestação de contas de governo da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DE PIRABAS - PA, exercício financeiro de 2021, de responsabilidade do Sr. KAMILY MARIA FERREIRA ARAÚJO, os quais receberam regular tramitação, com a instrução da 7ª Controladoria de Controle Externo e com a submissão à audiência do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na forma regimental.

Encerrada a instrução processual, os autos seguiram ordinária tramitação, objetivando a apreciação para fins de relatoria e voto junto ao Colendo Plenário.

É o Relatório.

O Plenário do TCM-PA, tendo em conta os novos contornos estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recursos Extraordinários n.º 729.744/MG e 848.826/DF, bem como dos sequenciais desdobramentos judiciais, fixados pelas 1ª e 2ª Turmas, daquela mesma Corte Federal, em interpretação das disposições previstas nos incisos I e II, do art. 70 c/c art. 75, da CF/88, procedeu, oportunamente, com a revisão de seu Regimento Interno (Ato 23), conforme consta do Ato 25, devidamente publicado junto ao DOE/TCM-PA de 02/09/2021.

A alteração regimental promovida no âmbito deste TCM-PA, por indispensável, atenta ao fato de que as decisões proferidas pela Corte Suprema, em sede de recurso extraordinário e com repercussão geral, possuem observância obrigatória pelos Juízes e Tribunais, de acordo com o que impõe o art. 927, III, do CPC, e que esse código por sua vez é aplicado subsidiariamente aos

processos que tramitam neste órgão de controle externo, em consonância com o art. 750 do RI/TCM-PA.

Deve-se ater, além do que, a ausência de modulação nos efeitos da decisão, de forma que a partir da ocorrência de seu trânsito em julgado, de pronto deve ser obedecida e adotada pelas Cortes de Contas a que abrange, sob pena de se tornar inócuo o posicionamento adotado pelo Supremo.

Assim, conforme consta do atualizado e vigente Regimento Interno, destacadamente, junto ao art. 1º, inciso I, §§ 1º, 1º-A, 1º-B c/c art. 546, necessária se faz a adequação da apreciação das contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal de SÃO JOÃO DE PIRABAS - PA, de forma que o dever constitucional desta Corte de Contas, estabelecido no art. 31, §1º, da CF/88, seja exercido da forma que impõe o entendimento vinculativo proferido pela Corte Constitucional.

Diante do exposto e, assim, com especial atenção às disposições regimentais vigentes, **decido monocraticamente**, pela juntada dos presentes autos de prestação de contas de da citada Prefeitura Municipal, aos autos da prestação de contas de gestão correlatas (Processo n.º 103001.2021.2.000), objetivando seu processamento e julgamento unificado, na forma do vigente art. 546, do RITCM-PA, para subsequente emissão do respectivo parecer prévio, em cumprimento ao que determina o art. 31, §2º c/c art. 71, I e II e 75, da CF/88.

A partir da presente decisão interlocutória, passarão os autos consolidados a tramitar sob o n.º 103001.2021.1.000, nominados, na forma do inciso I, do art. 1º, do RITCM-PA, como Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal, competindo à Secretaria-Geral do TCM-PA, a adoção das medidas necessárias junto ao sistema eletrônico de processos.

Fica cientificado a Sra. KAMILY MARIA FERREIRA ARAÚJO, Prefeito Municipal de SÃO JOÃO DE PIRABAS - PA, para o exercício de 2021, desta decisão, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, na forma regimental.

Belém-PA, quinta-feira, 25 de maio de 2023.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/Relator

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Processo nº 125001.2021.1.000

Assunto: Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal - Exercício 2021

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA



Responsável: ELINALDO MATOS DA SILVA (Prefeito Municipal)

Instrução: 7ª Controladoria de Controle Externo

Ministério Público de Contas: Erika Monique Paraense Serra Vasconcellos

Relator(a): Conselheiro(a) José Carlos Araújo

Exercício: 2021

Tratam os autos da prestação de contas de governo da Prefeitura Municipal de TERRA ALTA - PA, exercício financeiro de 2021, de responsabilidade do Sr. ELINALDO MATOS DA SILVA, os quais receberam regular tramitação, com a instrução da 7ª Controladoria de Controle Externo e com a submissão à audiência do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na forma regimental.

Encerrada a instrução processual, os autos seguiram ordinária tramitação, objetivando a apreciação para fins de relatoria e voto junto ao Colendo Plenário.

É o Relatório.

O Plenário do TCMPA, tendo em conta os novos contornos estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recursos Extraordinários n.º 729.744/MG e 848.826/DF, bem como dos sequenciais desdobramentos judiciais, fixados pelas 1ª e 2ª Turmas, daquela mesma Corte Federal, em interpretação das disposições previstas nos incisos I e II, do art. 70 c/c art. 75, da CF/88, procedeu, oportunamente, com a revisão de seu Regimento Interno (Ato 23), conforme consta do Ato 25, devidamente publicado junto ao DOE/TCMPA de 02/09/2021.

A alteração regimental promovida no âmbito deste TCMPA, por indispensável, atenta ao fato de que as decisões proferidas pela Corte Suprema, em sede de recurso extraordinário e com repercussão geral, possuem observância obrigatória pelos Juízes e Tribunais, de acordo com o que impõe o art. 927, III, do CPC, e que esse código por sua vez é aplicado subsidiariamente aos processos que tramitam neste órgão de controle externo, em consonância com o art. 750 do RI/TCM-PA.

Deve-se ater, além do que, a ausência de modulação nos efeitos da decisão, de forma que a partir da ocorrência de seu trânsito em julgado, de pronto deve ser obedecida e adotada pelas Cortes de Contas a que abrange, sob pena de se tornar inócuo o posicionamento adotado pelo Supremo.

Assim, conforme consta do atualizado e vigente Regimento Interno, destacadamente, junto ao art. 1º, inciso I, §§ 1º, 1º-A, 1º-B c/c art. 546, necessária se faz a adequação da apreciação das contas prestadas pelo

Chefe do Poder Executivo Municipal de TERRA ALTA - PA, de forma que o dever constitucional desta Corte de Contas, estabelecido no art. 31, §1º, da CF/88, seja exercido da forma que impõe o entendimento vinculativo proferido pela Corte Constitucional.

Diante do exposto e, assim, com especial atenção às disposições regimentais vigentes, **decido monocraticamente**, pela juntada dos presentes autos de prestação de contas da citada Prefeitura Municipal, aos autos da prestação de contas de gestão correlatas (Processo n.º 125001.2021.2.000), objetivando seu processamento e julgamento unificado, na forma do vigente art. 546, do RITCMPA, para subsequente emissão do respectivo parecer prévio, em cumprimento ao que determina o art. 31, §2º c/c art. 71, I e II e 75, da CF/88.

A partir da presente decisão interlocutória, passarão os autos consolidados a tramitar sob o n.º 125001.2021.1.000, nominados, na forma do inciso I, do art. 1º, do RITCMPA, como Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal, competindo à Secretaria-Geral do TCMPA, a adoção das medidas necessárias junto ao sistema eletrônico de processos.

Fica cientificado o(a) Sr(a). ELINALDO MATOS DA SILVA, Prefeito Municipal de TERRA ALTA - PA, para o exercício de 2021, desta decisão, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCMPA, na forma regimental.

Belém/PA, quinta-feira, 25 de maio de 2023.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/Relator

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Processo nº 103001.2021.2.000

Assunto: Prestação de Contas de Gestão

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE PIRABAS

Responsável: KAMILY MARIA FERREIRA ARAÚJO (Prefeito Municipal)

Instrução: 7ª Controladoria de Controle Externo

Ministério Público de Contas: Marcelo Fonseca Barros

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

Exercício: 2021

Tratam os autos da prestação de contas de gestão da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DE PIRABAS - PA, exercício financeiro de 2021, de responsabilidade do Sr. KAMILY MARIA FERREIRA ARAUJO, os quais receberam regular tramitação, com a instrução da 7ª Controladoria de Controle Externo e com a submissão à audiência do



Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na forma regimental.

Encerrada a instrução processual, os autos seguiram ordinária tramitação a este(a) Relator(a), em 25/05/2023, objetivando a apreciação para fins de relatoria e voto junto ao Colendo Plenário.

É o Relatório.

O Plenário do TCMPA, tendo em conta os novos contornos estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recursos Extraordinários n.º 729.744/MG e 848.826/DF, bem como dos sequenciais desdobramentos judiciais, fixados pelas 1ª e 2ª Turmas, daquela mesma Corte Federal, em interpretação das disposições previstas nos incisos I e II, do art. 70 c/c art. 75, da CF/88, procedeu, oportunamente, com a revisão de seu Regimento Interno (Ato 23), conforme consta do Ato 25, devidamente publicado junto ao DOE/TCMPA de 02/09/2021.

A alteração regimental promovida no âmbito deste TCMPA, por indispensável, atenta ao fato de que as decisões proferidas pela Corte Suprema, em sede de recurso extraordinário e com repercussão geral, possuem observância obrigatória pelos Juízes e Tribunais, de acordo com o que impõe o art. 927, III, do CPC, e que esse código por sua vez é aplicado subsidiariamente aos processos que tramitam neste órgão de controle externo, em consonância com o art. 750 do RI/TCM-PA.

Deve-se ater, além do que, a ausência de modulação nos efeitos da decisão, de forma que a partir da ocorrência de seu trânsito em julgado, de pronto deve ser obedecida e adotada pelas Cortes de Contas a que abrange, sob pena de se tornar inócuo o posicionamento adotado pelo Supremo.

Assim, conforme consta do atualizado e vigente Regimento Interno, destacadamente, junto ao art. 1º, inciso I, §§ 1º, 1º-A, 1º-B c/c art. 546, necessária se faz a adequação da apreciação das contas de gestão da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DE PIRABAS - PA, de forma que o dever constitucional desta Corte de Contas, estabelecido no art. 31, §1º, da CF/88, seja exercido da forma que impõe o entendimento vinculativo proferido pela Corte Constitucional.

Diante do exposto e, assim, com especial atenção às disposições regimentais vigentes, **decido monocraticamente**, pela juntada dos presentes autos de prestação de contas de gestão da citada Prefeitura Municipal, aos autos da prestação de contas de governo correlatas (Processo n.º 103001.2021.1.000), objetivando seu processamento e julgamento unificado, na forma do

vigente art. 546, do RITCMPA, para subsequente emissão do respectivo parecer prévio, em cumprimento ao que determina o art. 31, §2º c/c art. 71, I e II e 75, da CF/88.

A partir da presente decisão interlocutória, passarão os autos consolidados a tramitar sob o n.º 103001.2021.1.000, nominados, na forma do inciso I, do art. 1º, do RITCMPA, como Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal, competindo à Secretaria-Geral do TCMPA, a adoção das medidas necessárias junto ao sistema eletrônico de processos.

Fica cientificada a Sra. KAMILY MARIA FERREIRA ARAÚJO, Prefeito Municipal de SÃO JOÃO DE PIRABAS - PA, para o exercício de 2021, desta decisão, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCMPA, na forma regimental.

Belém/PA, quinta-feira, 25 de maio de 2023.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/Relator

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Processo nº 125001.2021.2.000

Assunto: Prestação de Contas de Gestão

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA

Responsável: ELINALDO MATOS DA SILVA (Prefeito Municipal)

Instrução: 7ª Controladoria de Controle Externo

Ministério Público de Contas: Erika Monique Paraense Serra Vasconcellos

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

Exercício: 2021

Tratam os autos da prestação de contas de gestão da Prefeitura Municipal de TERRA ALTA - PA, exercício financeiro de 2021, de responsabilidade do Sr. ELINALDO MATOS DA SILVA, os quais receberam regular tramitação, com a instrução da 7ª Controladoria de Controle Externo e com a submissão à audiência do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na forma regimental.

Encerrada a instrução processual, os autos seguiram ordinária tramitação, objetivando a apreciação para fins de relatoria e voto junto ao Colendo Plenário.

É o Relatório.

O Plenário do TCMPA, tendo em conta os novos contornos estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recursos Extraordinários n.º 729.744/MG e 848.826/DF, bem como dos sequenciais desdobramentos judiciais, fixados pelas 1ª e 2ª Turmas, daquela mesma Corte Federal, em interpretação das disposições previstas



nos incisos I e II, do art. 70 c/c art. 75, da CF/88, procedeu, oportunamente, com a revisão de seu Regimento Interno (Ato 23), conforme consta do Ato 25, devidamente publicado junto ao DOE/TCMPA de 02/09/2021.

A alteração regimental promovida no âmbito deste TCMPA, por indispensável, atenta ao fato de que as decisões proferidas pela Corte Suprema, em sede de recurso extraordinário e com repercussão geral, possuem observância obrigatória pelos Juízes e Tribunais, de acordo com o que impõe o art. 927, III, do CPC, e que esse código por sua vez é aplicado subsidiariamente aos processos que tramitam neste órgão de controle externo, em consonância com o art. 750 do RI/TCM-PA.

Deve-se ater, além do que, a ausência de modulação nos efeitos da decisão, de forma que a partir da ocorrência de seu trânsito em julgado, de pronto deve ser obedecida e adotada pelas Cortes de Contas a que abrange, sob pena de se tornar inócuo o posicionamento adotado pelo Supremo.

Assim, conforme consta do atualizado e vigente Regimento Interno, destacadamente, junto ao art. 1º, inciso I, §§ 1º, 1º-A, 1º-B c/c art. 546, necessária se faz a adequação da apreciação das contas de gestão da Prefeitura Municipal de TERRA ALTA - PA, de forma que o dever constitucional desta Corte de Contas, estabelecido no art. 31, §1º, da CF/88, seja exercido da forma que impõe o entendimento vinculativo proferido pela Corte Constitucional.

Diante do exposto e, assim, com especial atenção às disposições regimentais vigentes, **decido monocraticamente**, pela juntada dos presentes autos de prestação de contas de gestão da citada Prefeitura Municipal, aos autos da prestação de contas de governo correlatas (Processo n.º 125001.2021.1.000), objetivando seu processamento e julgamento unificado, na forma do vigente art. 546, do RITCMPA, para subsequente emissão do respectivo parecer prévio, em cumprimento ao que determina o art. 31, §2º c/c art. 71, I e II e 75, da CF/88.

A partir da presente decisão interlocutória, passarão os autos consolidados a tramitar sob o n.º 125001.2021.1.000, nominados, na forma do inciso I, do art. 1º, do RITCMPA, como Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal, competindo à Secretaria-Geral do TCMPA, a adoção das medidas necessárias junto ao sistema eletrônico de processos.

Fica cientificado o Sr. ELINALDO MATOS DA SILVA, Prefeito Municipal de TERRA ALTA - PA, para o exercício de 2021, desta decisão, com a respectiva publicação junto

ao Diário Oficial Eletrônico do TCMPA, na forma regimental.

Belém/PA, quinta-feira, 25 de maio de 2023.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/Relator

DO GABINETE DE CONSELHEIRO SUBSTITUTO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

CONS. SUBST. SÉRGIO DANTAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Nº 012/2023/Cons. Subst. Sérgio Dantas/TCMPA (Processo nº 201705138-00)

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, o Senhor, **Wandernilson Santos da Costa**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 110, III, do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA) e com fundamento no art. 30, §1º, da LO/TCM, c/c art. 654, §3º do RITCM/PA, **Notifico o responsável**, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 15 (quinze) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Wandernilson Santos da Costa, Secretário Municipal de Cultura, no exercício financeiro de 2017**, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº RA-93/2021/CT/NAP/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém, 22 de maio de 2023.

Conselheiro Substituto **Sérgio Dantas** - Relator/TCM

Protocolo: 39552

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Nº 010/2023/Cons. Subst. Sérgio Dantas/TCMPA (Processo nº 201705138-00)

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, o Senhor, **Cássio André de Oliveira**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos art. 110, III, do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), **Notifico, com fundamento no art. 30,**



§1º, da LOTCM, c/c art. 654, §3º do RITCM, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, **Cássio André de Oliveira, Secretário Municipal de Administração de Parauapebas, no exercício financeiro de 2017**, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER RA - 93/2021/CT/NAP/TCM/PA**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
Belém, 22 de maio de 2023.

Conselheiro Substituto **Sérgio Dantas** - Relator/TCM

Protocolo: 39569

CONTROLADORIAS DE CONTROLE EXTERNO – CCE

NOTIFICAÇÃO

3ª CONTROLADORIA

NOTIFICAÇÃO

Nº 124/2023/3ª CONTROLADORIA/TCMPA

A Exma. Conselheira MARA LÚCIA, com fundamento no art. 414 e seguintes do Regimento Interno/TCM-PA, bem como nos arts. 1º, XVIII, 32, III, “a” e 33, 34, I, 66, 67, IV e §4º e 69, V, todos da Lei Complementar 109/2016 (Lei Orgânica do TCM-PA), **NOTIFICA** o Sr. **José Nilton de Medeiros**, Secretário Municipal de Administração de Marabá, responsável pelo processo licitatório Pregão Presencial SRP nº 041/2023-CEL/SEVOP/PMM, realizado pela Secretaria Municipal de Administração de Marabá, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO o recebimento da Demanda de Ouvidoria nº 02052023001, relativa ao Pregão Presencial SRP nº 041/2023-CEL/SEVOP/PMM;

CONSIDERANDO a Informação Técnica nº 217/2023/3ª CONTROLADORIA/TCM;

CONSIDERANDO a competência desta Corte de Contas, especificamente da 3ª Controladoria, para apreciação e julgamento das contas do Município de **Marabá** no período de 2021/2024.

RESOLVE:

NOTIFICAR o Sr. **José Nilton de Medeiros**, Secretário Municipal de Administração de **MARABÁ**, responsável pelo processo licitatório Pregão Presencial SRP nº 041/2023-CEL/SEVOP/PMM, para que, no prazo de **05**

(cinco) dias, contados da ciência desta, sob pena de multa diária nos termos do art. 693 e seguintes, do Regimento Interno do TCM/PA:

1. Preste informações sobre os termos da demanda de ouvidoria apresentada e da Informação Técnica nº 217/2023/3ª CONTROLADORIA/TCM;
2. Proceda ao devido lançamento, junto ao Mural de Licitações deste TCM/PA, dos documentos relativos à fase de realização, bem como de eventual contrato celebrado a partir do Pregão Presencial SRP nº 041/2023-CEL/SEVOP/PMM;
3. Apresente outras informações e/ou documentos que julgar necessários.

Belém, 31 de maio de 2023.

MARA LÚCIA

Conselheira/Relatora

Protocolo: 39627

CITAÇÃO

4ª CONTROLADORIA

CITAÇÃO

Nº 0004 a 006/2023/4ª Controladoria/TCMPA

Publicação: 25 e 31/05 e 05/06/2023

Citação nº 004/2023/4ª Controladoria/TCMPA (Processo nº 1.127214.2022.2.0004)

O Conselheiro Antonio José Guimarães, usando da prerrogativa conferida pelo artigo 568, §2º, do Regimento Interno deste Tribunal, e em cumprimento à diligência solicitada pelo Ministério Público de Contas junto ao TCM no dia 12 de maio de 2023, **CITA**, o(a) senhor(a) **VALDINEI JOSÉ FERREIRA, Prefeito Municipal de TRAIRÃO**, no exercício de **2022**, para no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados da **3ª publicação** no Diário Eletrônico deste TCM, sob pena de revelia, encaminhar a este Tribunal defesa quanto ao **Relatório Nº 016/2022/4ª CONTROLADORIA-TCM-PA**, que é parte integrante desta Citação (encaminhado para o e-mail cadastrado no UNICAD-TCM/PA), a fim de cumprir seu direito constitucional de ampla defesa e contraditório.

A Defesa deverá ser encaminhada através do Protocolo Geral deste Tribunal e em resposta à **Citação nº 004/2023/4ª CONTROLADORIA/TCM**.

O não atendimento desta Citação, sujeita o Ordenador de Despesas à multa, conforme dispõe os arts. 693, 698 e 699, do Regimento Interno deste TCM, e implica na assunção do ônus da Revelia.

Belém, 24 de maio de 2023.

ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES

Conselheiro/Relator/4ª Controladoria/TCMPA



www.tcm.pa.gov.br



← Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE

**Citação nº 005/2023/4ª Controladoria/TCMPA
(Processo nº 1.127214.2022.2.0004)**

O Conselheiro Antonio José Guimarães, usando da prerrogativa conferida pelo artigo 568, §2º, do Regimento Interno deste Tribunal, e em cumprimento à diligência solicitada pelo Ministério Público de Contas junto ao TCM no dia 12 de maio de 2023, **CITA**, o(a) senhor(a) **FRANCELLI RUSTICK BAÚ**, Ordenadora do **Fundo Municipal de Saúde de TRAIRÃO**, no exercício de **2022**, para no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados da **3ª publicação** no Diário Eletrônico deste TCM, sob pena de revelia, encaminhar a este Tribunal defesa quanto ao **Relatório Nº 016/2022/4ª CONTROLADORIA-TCM-PA**, que é parte integrante desta Citação (encaminhado para o e-mail cadastrado no UNICAD-TCM/PA), a fim de cumprir seu direito constitucional de ampla defesa e contraditório.

A Defesa deverá ser encaminhada através do Protocolo Geral deste Tribunal e em resposta à **Citação nº 005/2023/4ª CONTROLADORIA/TCM**.

O não atendimento desta Citação, sujeita o Ordenador de Despesas à multa, conforme dispõe os arts. 693, 698 e 699, do Regimento Interno deste TCM, e implica na assunção do ônus da Revelia.

Belém, 24 de maio de 2023.

ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES

Conselheiro/Relator/4ª Controladoria/TCMPA

**Citação nº 006/2023/4ª Controladoria/TCMPA
(Processo nº 1.127214.2022.2.0004)**

O Conselheiro Antonio José Guimarães, usando da prerrogativa conferida pelo artigo 568, §2º, do Regimento Interno deste Tribunal, e em cumprimento à diligência solicitada pelo Ministério Público de Contas junto ao TCM no dia 12 de maio de 2023, **CITA**, o(a) senhor(a) **JOSENILTON MUNIZ DA SILVA**, **Presidente da Comissão Especial de Licitação** do Município de **TRAIRÃO**, no exercício de **2022**, para no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados da **3ª publicação** no Diário Eletrônico deste TCM, sob pena de revelia, encaminhar a este Tribunal defesa quanto ao **Relatório Nº 016/2022/4ª CONTROLADORIA-TCM-PA**, que é parte integrante desta Citação (encaminhado para o e-mail cadastrado no UNICAD-TCM/PA), a fim de cumprir seu direito constitucional de ampla defesa e contraditório.

A Defesa deverá ser encaminhada através do Protocolo Geral deste Tribunal e em resposta à **Citação nº 006/2023/4ª CONTROLADORIA/TCM**.

O não atendimento desta Citação, sujeita o Ordenador de Despesas à multa, conforme dispõe os arts. 693, 698 e 699, do Regimento Interno deste TCM, e implica na assunção do ônus da Revelia.

Belém, 24 de maio de 2023.

ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES

Conselheiro/Relator/4ª Controladoria/TCMPA

Protocolo: 39602

SERVIÇOS AUXILIARES – SA**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO****DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO – DAD****TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2023**

De acordo com o Parecer da DIRETORIA JURÍDICA Nº 200/2023-DIJUR/TCM e do CONTROLE INTERNO Nº 050/2023, exarado nos autos do Processo nº **PA202314574**, RECONHEÇO E RATIFICO, com base no Art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em favor da empresa **IDBP - Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário**, inscrita no CNPJ sob nº 06.136.459/0001-01, com sede à Rua Marechal Deodoro nº 500, sala 71, CENTRO, Curitiba/PR referente às inscrições de 04 (quatro) servidores deste Tribunal: Luiza Montenegro Duarte Pereira matrícula 500000808, Antonio Armando Barrau Fascio Neto matrícula 500000793, Marcia Melo da Silva matrícula 500000793, e Ana Cláudia Pacheco de Moraes matrícula 500000718, no **I Simpósio de Direito Previdenciário da Região Norte**, a ser realizado na cidade de Belém/PA, no período de 26 a 27/05/2023, tendo a carga horária de 13hs, com o valor unitário de R\$ 511,00 (quinhentos e onze reais) e o valor total de **R\$ 2.044,00** (dois mil e quarenta e quatro reais), conforme programação e condições estabelecidas na proposta comercial da empresa, aprovadas por este Tribunal, com fulcro no Art. 25, inciso II c/c art. 13, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

Belém, PA, 26 de maio de 2023.

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES

Presidente do TCMPA

Protocolo: 39629



www.tcm.pa.gov.br



➔ Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE